

## LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e produção de textos;
2. Texto e fatores de textualidade;
3. Articulação sintática (coordenação e/ou subordinação), semântica (relações lógicas) e discursiva (operadores argumentativos);
4. Mecanismos de coesão textual;
5. Relações de sentido: homonímia, polissemia, sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia;
6. Relações sintáticas de concordância, regência e colocação;
7. Estrutura, formação e emprego de palavras;
8. Emprego dos sinais de pontuação;
9. Variação linguística: variedades da língua portuguesa;
10. Ortografia.

## SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

KOCH, Ingedore. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2002.

VAL, Maria da Graça da Costa. Redação e textualidade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

SAVIOLI, F. P. e FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

## INFORMÁTICA

1. Uso de Sistema Operacional: sistema operacional baseado em interface gráfica; arquivos e diretórios; operações básicas com arquivos e diretórios (criação, destruição, renomeação, cópia, movimentação); gerenciadores de arquivos; instalação de programas.
2. Editores de Textos: recursos básicos de edição; operações com blocos de texto (cópia, remoção, movimentação); operações básicas com arquivos (criação, salvamento, cópia, etc.); inserção de figuras; tabelas; conversão de formatos de arquivo.
3. Planilhas Eletrônicas: conceito de célula; operações com células; operações aritméticas com células; funções lógicas, matemáticas e estatísticas; recursos de edição; salvamento de informação; conversão de formatos de arquivo; geração de gráficos.
4. Uso de Internet: Uso de um Navegador; Recursos do Navegador; Busca na Internet; Uso de ferramenta de Mensagem Eletrônica.
5. Noções de segurança no uso de internet: definição de senhas seguras; prevenção de vírus e outros códigos maliciosos; uso e atualização de antivírus; identificação de spam; cópias de segurança.

## SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA

Campos, A. C.; Introdução ao Linux; 2003. Disponível em <http://br-linux.org/tutoriais/>. Acesso em 02/02/2015.

Cert.br, Cartilha de Segurança para Internet, 2012. Disponível em <http://cartilha.cert.br/>. Acesso em 26/01/2015.

Costa, E. A.; BrOffice.org: da Teoria à Prática; Brasport, 2007. <http://books.google.com.br/books?id=X8Sugx4ioeAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>.

Machado, A.; Veneu, A.; de Oliveira, F; Linux: comece aqui. Elsevier, 2005. Conteúdo parcial disponível em [http://books.google.com.br/books?id=LEkCKCXEi0sC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=LEkCKCXEi0sC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em 26/01/2015.

Mozilla Foundation, Ajuda do Firefox, 2012. Disponível em <http://br.mozdev.org/ajuda/>. Acesso em 26/01/2015.

Mozilla Foundation, Ajuda do Thunderbird, 2012. Disponível em <http://br.mozdev.org/thunderbird/ajuda/>. Acesso em 26/01/2015.

## NORMAS QUE REGEM O SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

1. Regime Jurídico dos Servidores Públicos.
2. Regime de Previdência.
3. Ética.
4. Direitos e deveres, de acordo com a Constituição Federal e o Regime Jurídico dos Servidores Públicos.
5. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
6. Regulamentação de processos administrativos no âmbito da administração pública federal.

## SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Capítulo VII Da Administração Pública Seção I Das Disposições Gerais e Seção II dos Servidores Públicos. Brasília, DF: Senado, 1988. Versão atualizada. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>. Acesso em 29/01/2015.

BRASIL. Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Versão atualizada. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>. Acesso em 29/01/2015.

BRASIL. Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm) Acesso em 29/01/2015.

BRASIL. Lei Nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nº 9.717, de

27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências. Versão atualizada. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>. Acesso em 29/01/2015.

BRASIL. Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Versão atualizada. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>. Acesso em 29/01/2015.

BRASIL. Decreto Nº 1.171, de 22 de junho de 1994. - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/decreto/D1171.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/D1171.htm). Acesso em 29/01/2015.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 19, de 04 de junho de 1998. Reforma do Estado e da Administração Pública. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro\\_emc.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm). Acesso em 29/01/2015.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Reforma da Previdência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro\\_emc.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm). Acesso em 29/01/2015.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 47, de 05 de julho de 2005. Reforma da Previdência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro\\_emc.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm). Acesso em 29/01/2015.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Reforma da Previdência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro\\_emc.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm). Acesso em 29/01/2015.

BRASIL. Lei Nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Reestruturação dos Planos de Cargos e Carreiras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos2007-2010/2008/Lei/L11784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2008/Lei/L11784.htm). Acesso em 29/01/2015.